



NÍVEL MÉDIO

TARDE

PROVA 01

ASSISTENTE TÉCNICO LEGISLATIVO

CADERNO DE QUESTÕES

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **70 (setenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Raciocínio Lógico Quantitativo e Analítico	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Atualidades	21 a 25
Ética do Servidor na Administração Pública	26 a 30

CONTEÚDO	QUESTÕES
Direito Constitucional	31 a 35
Direito Administrativo	36 a 45
Administração Financeira e Orçamentária	46 a 55
Administração de Materiais e de Recursos Humanos	56 a 65
Legislação Municipal	66 a 70

3. Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva para o espaço determinado no **CARTÃO-RESPOSTA**, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Todos são iguais perante a lei.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - portando anotações, impressas ou manuscritas, em papéis que não os permitidos;
 - utilizando qualquer aparelho eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva;
5. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
6. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
7. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
8. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
9. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, estando disponíveis, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Considere o texto I para responder às questões 01 e 02.

Texto I - Detector de mentira por e-mail

Cientistas da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, anunciaram no fim de fevereiro, início de março, ser capazes de identificar uma mentira contada por e-mail. Analisando cinco características de textos falaciosos, identificaram “pistas” que mentirosos deixam em textos escritos.

Segundo os cientistas, a margem de acerto nos testes é de cerca de 70%. Os conhecimentos podem ser condensados em um programa de computador disponível já a partir do próximo ano.

Textos falsos têm, por exemplo, 28% mais palavras que textos verdadeiros, descobriram os cientistas. Mas a ocorrência de frases casuais, que possam despertar ambiguidade, é bem menor nos verdadeiros que nos mentirosos. Mais detalhadas que as verdades, mentiras são contadas por meio daquilo que os pesquisadores chamaram de “expressões de sentido”, como “sentir”, “ver”, e “tocar” – usadas para criar um cenário que nunca existiu.

In: *Revista Língua Portuguesa*. Ano II, Número 18, 2007, página 9. Fragmento.

01. De acordo com o texto I, é exemplo de “pista” que ajuda a detectar textos mentirosos:
- o emprego de frases curtas
 - a seleção vocabular caracterizada pela precisão
 - o uso de construções com duplo sentido
 - a preferência por verbos de ação
02. A preposição existente em “identificar uma mentira contada por e-mail” relaciona dois termos e estabelece entre eles determinada relação de sentido. Essa mesma ideia está presente em:
- As histórias que nascem **por** mãos humanas são muitas vezes pura falsidade.
 - A pesquisa reforçou o que já se sabia: na *internet*, frequentemente, se vende gato **por** lebre.
 - Consumiu-o **por** semanas a curiosidade de estar cara a cara com sua amiga virtual.
 - Alguns deveriam ser severamente penalizados, **por** inventarem indignidades na rede.

Considere o texto II para responder às questões 03 e 04.

Texto II - Feitiço

Nosso samba
 Tem feitiço,
 Tem farofa,
 Tem vela e tem vintém
 E tem também
 Guitarra de rock'n'roll,
 Batuque de candomblé

 Tem mangue bit, berimbau
 Tem hip-hop, Vigário Geral
 Tem reggae pop, Fundo de Quintal
 Capão Redondo, Candeal
 Tem meu Muquiço, meu Largo do Tanque
 Tem funk, o feitiço indecente
 Que solta a gente
 Caetano Veloso. CD *Eu Não Peço Desculpas*,
 de Jorge Mautner e Caetano Veloso. Fragmento.

03. No texto II, a referência ao *rock'n'roll* contribui para a caracterização do samba como:
- expressão cultural com diferentes referências
 - cadência tradicionalmente estrangeira
 - tradução da religiosidade brasileira
 - ritmo musical essencialmente moderno
04. Em “... o feitiço indecente **que** solta a gente”, a palavra em negrito é um pronome relativo; idêntica é a classificação do termo destacado em:
- Os sambistas é **que** conseguiram a popularização do samba.
 - Precisamos dormir cedo, **que** amanhã é dia de trabalho.
 - O samba brasileiro, **que** foi duramente perseguido, sobreviveu.
 - Desejamos **que** a importância do samba seja reconhecida.

Considere o texto III para responder às questões 05 e 06.

Texto III - Extraterrestres

Há no universo provavelmente 100 quintilhões de planetas com um mínimo de condições para que haja vida. Mas nada impede que a vida tenha surgido num único planeta – aqui! Ela é um fato tão inesperadamente acidental, frágil e maravilhoso, que não fica descartada essa hipótese. E por que na Terra? Simplesmente porque aqui estamos a experimentá-la, malgrado nossa capacidade de inventar meios – opressões, armas, bombas, drogas, venenos e recursos jurídicos – que suprimem a vida, em geral alheia, interrompendo o seu ciclo antes que seus anos se completem.

Frei Betto. In: *Contraversões: civilização ou barbárie na virada do século*. Emir Sader e Frei Betto. São Paulo: Boitempo, 2000. Pág. 220. Fragmento.

05. “**Há** no universo provavelmente 100 quintilhões de planetas...” O verbo em destaque, nesse caso, insere-se em uma oração sem sujeito. Exemplo desse mesmo fato linguístico existe em:
- Faz** muito sucesso no exterior o samba de raiz.
 - Nossa canção **há** de se classificar no festival.
 - Considera**-se esse o maior compositor do país.
 - Nesse momento, já **é** uma hora da tarde.
06. “Simplesmente porque aqui estamos a experimentá-la, **malgrado** nossa capacidade de inventar...”. O termo em negrito pode ser substituído, sem alteração do significado, por:
- apesar de
 - desde que
 - ainda que
 - na medida de

Considere o texto IV para responder à questão 07.

Texto IV – Cidades podem abrigar mais biodiversidade do que se pensa

Nos últimos séculos, o ser humano se tornou cada vez mais urbano, e esse processo tem tido um impacto inegável sobre a natureza: o desenvolvimento de cidades repletas de concreto, asfalto e indústrias poluentes causou grandes perdas à biodiversidade, sobretudo no entorno de grandes congregações populacionais. Mas, um **novo estudo** afirma que um número relativamente alto de espécies continua a sobreviver nas cidades, e mais ainda podem se desenvolver se houver esforços de conservação de áreas verdes urbanas.

<http://envolverde.com.br/noticias/cidades-podem-abrigar-mais-biodiversidade-que-se-pensa/> fragmento.

07. “mais ainda podem se desenvolver se **houver** esforços”. O verbo em destaque está flexionado no tempo futuro, do modo subjuntivo. É correto conjugar o verbo entre parênteses nesse mesmo tempo, na seguinte frase:

- (A) Quanto mais poluída esteja a cidade, menor biodiversidade se ____ (constatar)
- (B) Muitos fazem esforços para que diversas formas de vida ____ (cabem) na grande cidade.
- (C) Uma cidade mais viva existirá quando se ____ (propor) melhores medidas preservacionistas.
- (D) Criaram laços muito fortes, como se ____ (ter) vivido desde sempre juntos.

Considere o texto V para responder às questões 08, 09 e 10.

Texto V - Cuidar da Mãe Terra e amar todos os seres

O limite mais desastroso do paradigma ocidental tem a ver com o outro, pois o vê antes como obstáculo do que oportunidade de encontro. A estratégia foi e é esta: ou incorporá-lo, ou submetê-lo ou eliminá-lo como fez com as culturas da África e da América Latina. Isso se aplica também para com a natureza. A relação não é de mútua pertença e de inclusão, mas de exploração e de submissão. Negando o outro, perde-se a chance da aliança, do diálogo e do mútuo aprendizado. Na cultura ocidental triunfou o paradigma da identidade com exclusão da diferença. Isso gerou arrogância e muita violência.

Leonardo Boff. fragmento

Disponível em: <http://leonardoboff.wordpress.com/2014/03/30/cuidar-da-mae-terra-e-amar-todos-os-seres/>

08. **Submetimento** significa ação ou efeito de submeter ou submeter-se, sendo indicado no dicionário como sinônimo de **submissão**. Porém, observar a alteração dos sufixos possibilita perceber diferença nos significados que denotam. Ao empregar aquela palavra no texto V, o autor enfatiza:

- (A) a resignada aceitação característica da relação entre as duas culturas
- (B) a opção humilde por render-se docilmente à cultura de outro
- (C) o aspecto desumano da ação de imposição de uma cultura sobre a outra
- (D) o caráter doloroso da aderência voluntária dos colonizados à cultura superior

09. “A estratégia foi e é esta: ou incorporá-lo, ou submetê-lo ou eliminá-lo.” Os pronomes pessoais oblíquos em destaque substituem e referem-se a:
- (A) paradigma
 - (B) outro
 - (C) obstáculo
 - (D) encontro
10. Considera-se Redação Oficial a maneira como o Poder Público elabora seus atos. Apresenta, como único emissor, o Serviço Público e, como receptor, o próprio Serviço Público ou o conjunto de cidadãos ou instituições. Logo, são características obrigatórias da redação oficial:
- (A) rejeição da neutralidade e expressão de impressões pessoais nos documentos emitidos por representantes do poder público
 - (B) modelos fixos de mensagens, com uso de jargão técnico, chavões e modismos na comunicação oficial
 - (C) clareza, precisão e concisão, critérios que garantem a compreensão da mensagem por todo cidadão
 - (D) normas e princípios definidos pelo contexto, pois prescinde-se de padronização para a construção da imagem institucional

RACIOCÍNIO LÓGICO QUANTITATIVO E ANALÍTICO

11. Uma pesquisa realizada com **N** moradores da cidade do Rio de Janeiro verificou que:
- 96 moradores não conheciam o Cristo Redentor;
 - 129 não conheciam o Pão de Açúcar;
 - 14 conheciam estes dois pontos turísticos;
 - 63 conheciam pelo menos um desses dois lugares.

O valor de N é igual a:

- (A) 141
- (B) 147
- (C) 151
- (D) 157

12. Usando apenas os algarismos 1, 2, 3, 4, 5 e 6, João irá formar uma senha de quatro algarismos que deve obedecer às seguintes regras:

- O algarismo 4 deve obrigatoriamente ser usado uma única vez.
- O algarismo 6, se usado, deve aparecer exatamente duas vezes.

A quantidade máxima de senhas que João poderá formar, nessas condições, corresponde a:

- (A) 314
- (B) 304
- (C) 214
- (D) 204

13. Um grupo formado por 57 pessoas deve escolher quatro pessoas de uma lista que contém o nome de 9 pessoas, entre elas Antônio. Sabe-se que cada uma das 57 pessoas pode votar em apenas um nome. O menor número de votos que Antônio deve obter, para ter certeza de que está na lista dos quatro mais votados, é igual a:

- (A) 11
- (B) 12
- (C) 13
- (D) 14

14. Seja a seguinte afirmação: **“Se Maria escova os dentes, então ganha sua mesada”**.

Uma conclusão necessariamente verdadeira, com base nessa afirmação, é:

- (A) Se Maria não ganhou sua mesada, então não escovou os dentes.
- (B) Se Maria não escova os dentes, então não ganha sua mesada.
- (C) Se Maria não escova os dentes, então ganha sua mesada.
- (D) Se Maria ganhou sua mesada, então escovou os dentes.

15. Uma proposição logicamente equivalente a **“João não recebeu seu salário ou Maria gastou todo o dinheiro”** está corretamente indicada na seguinte alternativa opção:

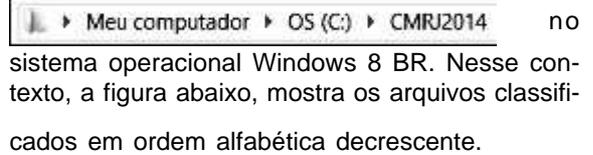
- (A) Se João recebeu seu salário, então Maria não gastou todo o dinheiro.
- (B) Se Maria gastou todo o dinheiro, então João recebeu seu salário.
- (C) Se Maria não gastou todo o dinheiro, então João recebeu seu salário.
- (D) Se João recebeu seu salário, então Maria gastou todo o dinheiro.

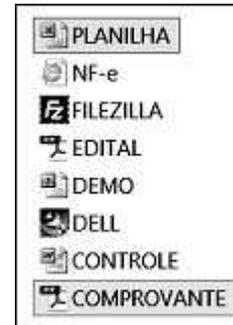
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16. Os discos rígidos empregados na configuração de computadores precisam ter uma capacidade de armazenamento que atenda aos requisitos básicos para um funcionamento satisfatório dessas máquinas. Atualmente, a capacidade máxima desses dispositivos é igual ou próxima do seguinte valor:

- (A) 1 TBytes
- (B) 500 MBytes
- (C) 2048 KBytes
- (D) 64 PBytes

17. Um funcionário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro está acessando a pasta

 no sistema operacional Windows 8 BR. Nesse contexto, a figura abaixo, mostra os arquivos classificados em ordem alfabética decrescente.



Para selecionar apenas os dois arquivos indicados na figura, esse funcionário executou os procedimentos listados a seguir:

- selecionou o primeiro arquivo PLANILHA;
- pressionou e manteve pressionada uma tecla específica;
- clicou no arquivo COMPROVANTE.

A tecla pressionada foi:

- (A) Shift
- (B) Alt
- (C) Esc
- (D) Ctrl

18. No software Writer do pacote LibreOffice 4.1.0.4, após a digitação, há duas opções para salvar o texto em um disco rígido ou pendrive, 

e . Como alternativa para essas opções, é possível executar, respectivamente, os seguintes atalhos de teclado:

- (A) Ctrl + B e Ctrl + Shift + B
- (B) F7 e Ctrl + F7
- (C) Ctrl + S e Ctrl + Shift + S
- (D) F12 e Ctrl + F12

19. A planilha abaixo foi criada no Excel 2010 BR.

	A	B	C	D	E	F	G	H
1	CÂMARA MUNICIPAL RJ - 2014							
2								
3		30		25				
4		40		65				
5		60		15				
6		10		35				
7		20		45				
8								
9		50		?				
10								
11		10		15				

Na planilha, foram realizados os procedimentos listados a seguir.

- Em B9, foi inserida a expressão =SOMA(B3;B7). Em seguida, essa célula foi selecionada e mediante os comandos de copiar e colar, seu conteúdo foi copiado para D9.
- Em B11, foi inserida uma expressão usando a função MENOR a fim de determinar o menor número entre todos no intervalo de B3 a B7. Para finalizar, essa célula foi selecionada e mediante os comandos de copiar e colar, seu conteúdo foi copiado para D11.

O valor mostrado em D9 e a expressão inserida em B11 são, respectivamente:

- (A) 70 e =MENOR(D3:D7)
- (B) 70 e =MENOR(D3:D7;1)
- (C) 185 e =MENOR(D3:D7;1)
- (D) 185 e =MENOR(D3:D7)
20. No uso dos recursos do *browser* Safari, clicar no ícone  localizado no canto superior direito da janela tem por finalidade:
- (A) visualizar a barra de favoritos
- (B) mostrar um menu de ajustes gerais do *browser*
- (C) mostrar um menu para a página atual
- (D) visualizar a página atual no modo tela inteira

ATUALIDADES

21. A Convenção sobre os Direitos da Criança, de 1989, é a única que já obteve ratificação praticamente universal, faltando apenas a de dois países:
- (A) Rússia e Arábia Saudita
- (B) Somália e Estados Unidos
- (C) África do Sul e China
- (D) Austrália e Marrocos

22. “Essas entidades encontram-se a meio caminho entre o Estado e o setor privado. Concentradas nas atividades culturais, de educação, saúde, assistência social e defesa dos direitos humanos, desempenham tarefas que, no passado, eram prerrogativa do poder público. Por outro lado, também não se encaixam no setor privado, já que não visam ao lucro, contando, muitas vezes, com benefícios fiscais. Em alguns países, como Holanda, Irlanda e Bélgica, mais de 10% da mão de obra estão empregados nessas atividades”.

[BARBOSA, A. de Freitas. **O Mundo Globalizado**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 116]

As entidades referenciadas no texto são as:

- (A) Organizações Não Governamentais
- (B) Organizações do Segundo Setor
- (C) Comunidades Eclesiais de Base
- (D) Comunidades Alternativas
23. “É uma vertente do ambientalismo. Seus seguidores atuam na busca do uso racional dos elementos dos ambientes naturais da Terra. Embasados no conhecimento científico e tecnológico dos sistemas naturais, eles defendem uma apropriação humana cautelosa dos recursos naturais, que respeite a capacidade de reprodução e/ou reposição natural das fontes de recursos”.

[RIBEIRO, Wagner Costa. **A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 62]

A vertente ambientalista a que se refere o texto é o:

- (A) preservacionismo
- (B) naturalismo
- (C) interacionismo
- (D) conservacionismo
24. “Della Porta e Vanucci (1999) utilizam os resultados de um levantamento [*survey*] para demonstrar que [...], o país que possivelmente representa o caso de corrupção mais enraizada na Europa Ocidental, facilmente lidera as pesquisas de opinião comparada [*Eurobarômetro*] sobre os níveis de desconfiança no governo e insatisfação com o sistema político, conduzidas periodicamente pela Comissão Europeia.”

[POWER, J. T.; GONZÁLEZ, J. Cultura Política, Capital Social e Percepções sobre a Corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. In: *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, n.21, nov. 2003, p. 53]

Este país é a:

- (A) Espanha
- (B) Turquia
- (C) Itália
- (D) Grécia

25. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, em seus Artigos 126 e 127, trata da criação e manutenção dos Conselhos Municipais, definindo finalidades, funções e responsabilidades dos mesmos, enquanto no Art. 133 veda a remuneração à participação, a qualquer título, nesses órgãos, à **exceção** do Conselho Municipal de:
- (A) Educação
 - (B) Saúde
 - (C) Direitos Humanos
 - (D) Defesa do Consumidor

ÉTICA DO SERVIDOR NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26. Segundo o Código Penal Brasileiro, o servidor que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, comete o crime de:
- (A) condescendência criminosa
 - (B) excesso de exação
 - (C) prevaricação
 - (D) concussão
27. O Código Penal Brasileiro, no Capítulo em que trata especificamente sobre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em Geral, prevê expressamente que:
- (A) o funcionário público que desvia dolosamente, em proveito próprio, valor de que tem a posse em razão do cargo, mas repara o dano antes da sentença irrecorrível, tem a punibilidade extinta
 - (B) considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública
 - (C) o servidor que abandona o cargo público, fora dos casos permitidos em lei, tem o prazo de 60 dias para se justificar, caso em que o juiz poderá deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a pena de multa
 - (D) a pena do servidor que exerce cargo em comissão ou função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público deve ser aplicada em dobro

28. Se determinado servidor público municipal se recusa a prestar a declaração de seus bens à Administração Pública dentro do prazo determinado, sob a alegação de que se trata de violação ao direito fundamental à privacidade, pode-se afirmar que:
- (A) a Administração Pública deve obrigatoriamente recorrer ao Judiciário para que possa ser exigida a apresentação da declaração de bens
 - (B) estará amparado por norma de natureza constitucional, e, portanto, imune à exigência descrita
 - (C) deverá apresentar por escrito os fundamentos de sua negativa, no prazo máximo de 30 dias após a exigência por parte da Administração
 - (D) é cabível a punição com a pena de demissão a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções
29. A Lei de Improbidade Administrativa enquadra expressamente a conduta do agente público que aceita emprego em pessoa jurídica, a qual tenha interesse suscetível de ser atingido por ação decorrente de suas atribuições, como ato de improbidade que:
- (A) causa prejuízo ao erário
 - (B) importa enriquecimento ilícito
 - (C) atenta contra os princípios da Administração Pública
 - (D) também é punível como crime, com detenção de 6 a 10 meses e multa
30. A respeito de funcionário público que permite, mediante o fornecimento de senha, o acesso de pessoas não autorizadas a bancos de dados da Administração Pública, é correto afirmar que:
- (A) incorre nas mesmas penas aplicáveis ao funcionário público que revela fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo
 - (B) pratica o crime de violação de sigilo funcional, com aumento da pena de um terço a metade caso o acesso seja dado a pessoa já condenada por crime contra a Administração Pública
 - (C) deve ser punido com pena de detenção ou multa se o dano à Administração se caracterizar como leve ou moderado
 - (D) pode beneficiar-se de perdão judicial, caso o acesso seja dado a familiares ou pessoas próximas para fins pessoais

DIREITO CONSTITUCIONAL

31. A constituição dogmática pode ser conceituada como:
- (A) não escrita, resultante do evoluir das tradições, dos fatos sociopolíticos, que se cristalizam como normas fundamentais da organização de determinado Estado
 - (B) alterável mediante processos, solenidades e exigências formais especiais, diferentes e mais difíceis que os de formação das leis ordinárias ou complementares
 - (C) escrita, elaborada por órgão constituinte sistematizador das ideias fundamentais da teoria política e do direito dominantes no momento
 - (D) escrita, resultante do evoluir das tradições, dos fatos sociopolíticos, que se cristalizam como normas fundamentais da organização de determinado Estado
32. Constitui um dos *pressupostos de fundo* do estado de defesa a existência de:
- (A) prévia manifestação do Conselho da República ou do Conselho de Defesa Nacional
 - (B) grave e iminente instabilidade institucional que ameace a ordem ou a paz social
 - (C) comoção grave de repercussão nacional
 - (D) decretação prévia de intervenção federal
33. Constituem princípios constitucionais sensíveis:
- (A) forma republicana, sistema representativo e regime democrático e valores sociais do trabalho
 - (B) direitos da pessoa humana e soberania
 - (C) prevalência dos direitos humanos e construção de uma sociedade livre, justa e solidária
 - (D) prestação de contas da administração pública direta e indireta e autonomia municipal
34. O Tribunal de Contas da União é integrado por:
- (A) nove Ministros que satisfaçam, entre outros, os requisitos de serem brasileiros e terem mais de 35 e menos de 65 anos de idade e notórios conhecimentos jurídicos contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública
 - (B) oito Ministros que satisfaçam, entre outros, os requisitos de serem brasileiros e terem mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional e idoneidade moral reputação ilibada
 - (C) nove Ministros que satisfaçam, entre outros, os requisitos de terem mais de 30 e menos de 70 anos de idade e mais de 10 anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional
 - (D) oito Ministros que satisfaçam, entre outros, os requisitos de serem brasileiros natos e terem mais de 35 e menos de 65 anos de idade e notórios conhecimentos jurídicos contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública

35. Conforme o disposto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no capítulo da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, a função social da propriedade é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos, entre outros:
- (A) aproveitamento racional e adequado e observância do plano diretor municipal
 - (B) utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, preservação do meio ambiente e observância das disposições que regulam o plano diretor municipal
 - (C) observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores
 - (D) exploração que favoreça o bem estar do pequeno produtor rural e atendimento às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor

DIREITO ADMINISTRATIVO

36. O princípio da impessoalidade pode ser conceituado como:
- (A) princípio do direito administrativo segundo o qual os bens públicos só podem ser alienados na forma em que a Lei dispuser, ou seja, a administração pública tem a livre disposição dos bens e interesses públicos
 - (B) princípio do direito administrativo segundo o qual toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por Lei
 - (C) princípio do direito administrativo segundo o qual deve a administração voltar-se para o interesse público e não para o privado, vedando-se, em consequência, sejam favorecidos alguns indivíduos em detrimento de outros
 - (D) princípio do direito administrativo segundo o qual a administração pode rever seus próprios atos para restaurar a situação de regularidade
37. Considerando-se os critérios doutrinários adotados para definir a classificação dos órgãos públicos, é possível afirmar que:
- (A) quanto à situação estrutural, os órgãos públicos classificam-se em diretivos e subordinados
 - (B) quanto à composição, os órgãos públicos dividem-se em federais, estaduais distritais e municipais
 - (C) quanto ao comportamento, os órgãos públicos classificam-se em subordinados e insubordinados
 - (D) quanto à estrutura, os órgãos públicos classificam-se em simples e complexos

38. As sociedades de economia mista podem ser conceituadas como:
- personas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por autorização legal, sob a forma de sociedades anônimas, cujo controle acionário pertença ao Poder Público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos
 - personas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por Lei, sob a forma de sociedades anônimas, cujo controle acionário pertença ao Poder Público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos
 - personas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por autorização legal, sob qualquer forma jurídica adequada à sua natureza, para que o governo exerça atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, execute a prestação de serviços públicos
 - personas jurídicas de direito público, integrantes da Administração Indireta do Estado, criadas por Lei, sob qualquer forma jurídica adequada à sua natureza, para que o governo exerça atividades gerais de caráter econômico ou, em certas situações, execute a prestação de serviços públicos
39. Quanto aos elementos do ato administrativo, é possível afirmar que o motivo é:
- o elemento pelo qual o ato administrativo deve estar dirigido ao interesse público
 - a justificativa do pronunciamento tomado
 - o fim imediato, ou seja, o resultado prático a ser alcançado pela vontade administrativa
 - a situação de fato por meio da qual é deflagrada a manifestação de vontade da Administração
40. Dentre os poderes administrativos, o poder discricionário pode ser conceituado como prerrogativa:
- conferida à Administração Pública de editar atos gerais, mediante análise da conveniência e oportunidade, para complementar as leis e permitir a sua efetiva aplicação
 - concedida aos agentes administrativos de elegerem, entre várias condutas possíveis, a que traduz maior conveniência e oportunidade para o interesse público
 - concedida à Administração Pública que justifica a edição dos decretos autônomos que sempre serão dos critérios de conveniência e oportunidade
 - concedida aos agentes administrativos, calcada na Lei, que autoriza a Administração Pública a restringir o uso e gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade
41. Em certas circunstâncias, o servidor público pode ser responsabilizado perante a Administração Pública. Dessa forma, o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. De acordo com o entendimento doutrinário sobre as responsabilidades dos servidores públicos, é possível afirmar que:
- pode haver desconto em folha de pagamento sem a anuência do servidor público, tendo em vista que o Poder Público tem crédito privilegiado em relação ao seu servidor
 - somente na hipótese de responsabilização penal pode haver desconto em folha de pagamento de forma coercitiva
 - o dever indenizatório atribuído ao servidor pode ser satisfeito de uma só vez ou de forma parcelada, podendo ser descontada cada parcela em seus vencimentos
 - tratando-se de decisão administrativa que conclui pela prática de crime, poderá haver reflexo na esfera penal
42. No âmbito da responsabilidade civil do Estado, houve um processo evolutivo caracterizado pela existência de diversas teorias, sendo possível afirmar que:
- a teoria da irresponsabilidade do Estado prevaleceu no mundo ocidental, na metade do século XIX, e justifica-se pelo fato de que o Estado do bem-estar social tinha limitada atuação, raramente intervindo nas relações entre particulares
 - a teoria do risco administrativo, como fundamento da responsabilidade objetiva do Estado, considera o Estado mais poderoso que os administrados e, por isso, deve arcar com os riscos naturais decorrentes de suas numerosas atividades
 - a teoria da culpa administrativa procurava distinguir atos de império e atos de gestão; assim, se o Estado produzisse um ato de gestão, poderia ser civilmente responsabilizado
 - a teoria do risco integral é a teoria, em regra, adotada atualmente como fundamento da responsabilidade objetiva do Estado
43. Conforme o disposto na Lei nº 10.520 (Lei do Pregão), a fase externa do pregão observará, entre outras, a seguinte regra:
- no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 15% (quinze por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor
 - não havendo pelo menos 5 (cinco) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 2 (dois), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos
 - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao leiloeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade
 - aberta a sessão, os interessados ou seus representantes apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas como os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório

44. A licitação é inexigível:
- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem
 - (B) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública
 - (C) nos casos de calamidade pública
 - (D) para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão
45. Uma área pertencente ao Município do Rio de Janeiro na qual não haja qualquer serviço administrativo é considerada bem público:
- (A) desafetado
 - (B) afetado
 - (C) parcialmente afetado
 - (D) de uso especial

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

46. De acordo com a legislação vigente aplicada à execução orçamentária e financeira, os recursos financeiros obtidos com a alienação de bens móveis e aqueles empregados na aquisição de bens imóveis são classificados, respectivamente, nas seguintes categorias econômicas:
- (A) despesa corrente e receita corrente
 - (B) receita de capital e despesa corrente
 - (C) receita de capital e despesas de capital
 - (D) despesa de capital e despesa corrente
47. De acordo com a norma legal aplicada ao orçamento público, pertencem ao exercício financeiro as receitas:
- (A) nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas
 - (B) estimadas e as despesas empenhadas
 - (C) nele lançadas e as despesas pagas
 - (D) fixadas e as despesas processadas
48. Com base em dispositivo constitucional, o tipo de orçamento que engloba os recursos dos Poderes Executivo e Legislativo, representado pelos fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta dos municípios, é aquele denominado de:
- (A) orçamento-programa
 - (B) orçamento de investimento
 - (C) orçamento de desempenho
 - (D) orçamento fiscal
49. Das possíveis fontes de arrecadação de receitas orçamentárias, aquela que, quanto à repercussão patrimonial, é considerada uma receita não efetiva é:
- (A) arrecadação de impostos
 - (B) alienação de bens móveis
 - (C) dividendo de empresas controladas
 - (D) cobrança de tarifa de pedágios
50. Na Lei Orçamentária Anual de um determinado município foi consignada uma dotação classificada, quanto à natureza da despesa, com a seguinte codificação numérica: 4.6.90. Com base na norma aplicada ao orçamento público, essa despesa corresponde ao gasto a ser realizado com:
- (A) investimento
 - (B) juros e encargos da dívida
 - (C) amortização da dívida
 - (D) inversão financeira
51. De acordo com os dispositivos estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo para o endividamento consolidado dos municípios é estabelecido pelo seguinte órgão:
- (A) Câmara Municipal
 - (B) Tribunal de Contas dos Estados
 - (C) Tribunal de Contas da União
 - (D) Senado Federal
52. Conforme dispositivo da LRF, é vedado ao prefeito de um município contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício subsequente sem que haja disponibilidade suficiente de caixa, dentro do seguinte período, antes do término do seu mandato:
- (A) três meses
 - (B) quatro meses
 - (C) seis meses
 - (D) oito meses
53. Com base nos preceitos da legislação vigente, no que concerne aos estágios da despesa orçamentária, o tipo de empenho destinado às despesas cujo montante seja previamente conhecido, mas cujos pagamentos devam ocorrer parceladamente, é aquele denominado:
- (A) estimativo
 - (B) ordinário
 - (C) global
 - (D) orçamentário

54. De acordo com a técnica orçamentária, o demonstrativo regionalizado do efeito, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, deverá acompanhar o seguinte documento:
- (A) Lei Orçamentária Anual
 (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias
 (C) Plano Plurianual
 (D) Plano Anual de Financiamento
55. De acordo com a legislação vigente, é correto afirmar que a Lei Orçamentária Anual:
- (A) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas estatais e o orçamento monetário
 (B) deverá conter uma reserva de contingência cujo montante é definido com base na receita corrente líquida
 (C) estabelecerá os objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes
 (D) poderá conter autorização para abertura de créditos adicionais e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receitas

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E RECURSOS HUMANOS

56. O produto em estoque, como matéria-prima, produto em processo ou produto acabado, é considerado nas organizações, um recurso:
- (A) patrimonial
 (B) material
 (C) capital
 (D) tecnológico
57. O conjunto de atividades que vão desde o início do pedido até a entrega do produto e que, por meio de ações, permitem a agregação de valor a uma ou mais entradas, transformando-as em saídas que representem uma geração de resultados determinados, diz respeito a:
- (A) processos
 (B) análise de desempenho
 (C) atividades
 (D) assimetria de informações
58. A forma de aquisição de recursos materiais realizada por meio da utilização de um computador acoplado a um *modem* e a uma linha que fica ligado diretamente ao computador do fornecedor, independentemente dos *hardwares* e *softwares* em utilização, na qual as ordens e os pedidos de compras são enviados sem a utilização de papel, é conhecido como:
- (A) *post*
 (B) *browse*
 (C) EDI
 (D) *hubs*
59. O método de previsão de vendas que tem como fundamento básico a observação do consumo com o objetivo de examinar seu comportamento, destacando dois aspectos importantes a identificação da parte controlada desse fenômeno e a análise da presença de uma parte acidental, é o baseado em:
- (A) médias móveis
 (B) médias ponderadas
 (C) dados históricos
 (D) regressão linear
60. Nos sistemas de controles de estoques, os inventários são instrumentos administrativos fundamentais. O tipo de inventário em que permanentemente se contam os itens em estoque, de tal forma que todos os itens sejam contados pelo menos uma vez dentro do período fiscal, é o:
- (A) rotativo
 (B) periódico
 (C) aleatório
 (D) perpétuo
61. A estratégia de aquisição de recursos materiais que consiste em comprar de terceiros o máximo possível dos itens que compõem o produto final é denominada:
- (A) centralização
 (B) horizontalização
 (C) verticalização
 (D) descentralização
62. O sistema de planejamento de necessidades de materiais que trabalha com um conjunto de informações básicas, tais como o plano mestre de produção, a estrutura do produto com base em uma lista de materiais e a situação geral dos estoques dos itens, é o conhecido como:
- (A) ERP
 (B) JIT
 (C) CRP
 (D) MRP
63. Um projeto de sistema de movimentação e transporte de materiais utilizou, em sua construção, equipamentos que pudessem ser usados no transporte de vários tipos de cargas e teve, além disso, a preocupação com a redução da fadiga. Pode-se afirmar que esse projeto considerou as seguintes leis da movimentação de material:
- (A) da satisfação e da flexibilidade
 (B) da obediência do fluxo e da máxima utilização do espaço
 (C) da padronização e da uniformização
 (D) do menor custo total e da manipulação mínima

64. O tipo de distribuição em que o material já é separado e consolidado por cliente na fábrica e, no centro de distribuição a carga é apenas redistribuída por veículo e roteiro regional, é denominada entrega:
- (A) centralizada com *cross docking* simples
 (B) centralizada com estocagem no centro de distribuição
 (C) centralizada com *cross docking* avançado
 (D) descentralizada com *cross docking* composto
65. O grau de liberdade que o ocupante de um cargo tem para programar as suas atividades, selecionar os equipamentos que deverá utilizar e escolher os métodos que deverá seguir está relacionado com:
- (A) significado das tarefas
 (B) variedade de habilidades
 (C) identidade
 (D) autonomia

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

66. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro, o reingresso no serviço público do funcionário aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, denomina-se:
- (A) readmissão
 (B) aproveitamento
 (C) reversão
 (D) reintegração
67. Cabe à Câmara Municipal, mediante controle externo, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das Entidades da Administração direta, indireta e fundacional. Nesse mister democrático, é previsto pela Lei Orgânica Municipal o auxílio do Tribunal de Contas do Município, ao qual competirá:
- (A) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, incluindo, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao Erário.
 (B) julgar judicialmente as contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos municipais, cabendo recurso de suas decisões à Mesa Diretora da Câmara
 (C) aprovar ou rejeitar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, mediante decisão que deverá ser elaborada em 60 dias a contar de seu recebimento, sob pena de perda da prerrogativa
 (D) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, na administração direta, indireta e fundacional, e de nomeações para cargo de provimento em comissão
68. A Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária é um dos temas centrais da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro. Além do controle exercido pela Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Município, há ainda o controle interno de cada Poder e o denominado Controle Popular das Contas do Município, prevendo a Lei Orgânica que:
- (A) os Poderes Legislativo e Executivo manterão, de forma dissociada, sistemas de controle interno específicos, instituídos por ato administrativo emanado, respectivamente, do Presidente da Câmara Municipal e do Prefeito
 (B) a denúncia de irregularidades perante o Tribunal de Contas do Município deve ser feita por meio de órgão ou entidade coletiva, vedada a denúncia individual
 (C) é vedado o apoio por parte do sistema de controle interno ao controle externo no exercício de sua missão institucional
 (D) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária
69. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o Plenário deliberará pelo voto mínimo de dois terços da Câmara Municipal sobre a:
- (A) realização de plebiscito
 (B) outorga de concessão de serviços públicos
 (C) aprovação de projeto de lei que tenha sido objeto de veto
 (D) aprovação da indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas
70. O Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro dispõe que as deliberações do Plenário comportam o processo de votação:
- (A) simbólica, o qual consiste na contagem dos votos das lideranças das bancadas de cada partido representado na Câmara Municipal
 (B) nominal, realizada nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
 (C) secreta, admitida de forma excepcional nos casos de perda de mandato de Vereador e votação dos nomes indicados para Conselheiro do Tribunal de Contas do Município
 (D) eletrônica, realizada no caso de matérias de maioria simples, hipótese em que o Vereador manifestará seu voto por meio de certificação digital registrada no portal da Câmara

